



CURRÍCULO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UM MAPEAMENTO DE ESTUDOS RECENTES SOBRE O TEMA

New high school curriculum: a mapping of recent studies on the topic

Nuevo currículo de la escuela secundaria: un mapeo de estudios recientes sobre el tema

Roseli de Carvalho Magalhães¹, Ginaldo Cardoso de Araújo²

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Guanambi – BA, Brasil

RESUMO

Este artigo discute a atual Reforma do Ensino Médio. O objetivo principal do texto é analisar as contribuições dos estudos publicados recentemente nas revistas associadas à Associação Brasileira de Currículo (ABdC) para entender e problematizar o tema em tela. Para isso, do ponto de vista metodológico, fez-se uso de uma Revisão Sistemática de Literatura, tomando como referência a base de dados das seis revistas parceiras da ABdC, a saber: *Teias*, *Currículo sem fronteiras*, *e-Curriculum*, *Espaço do Currículo*, *Série-Estudos* e *Cocar*. A busca foi feita utilizando os descritores “novo ensino médio” e “currículo”, com o recorte temporal de janeiro de 2017 a maio de 2025. A análise dos estudos selecionados evidencia que a política do Novo Ensino Médio, da forma como foi pensada e implantada no Brasil, pouco contribuiu para a formação integral do estudante; pelo contrário, permitiu um esvaziamento do currículo desse segmento de ensino e aprofundou a presença da racionalidade neoliberal no setor educacional. O texto conclui ressaltando a importância das pesquisas que debruçam sobre o estudo do currículo do Ensino Médio e das diferentes nuances que o envolvem, pois, a partir desse movimento, é possível ousar e apontar modos outros de organização de um currículo vivo e comprometido com a emancipação humana.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Currículo; Neoliberalismo; Revisão de Literatura.

ABSTRACT

This article discusses the current High School Reform. The main objective is to analyze the contributions of studies recently published in journals associated with the Brazilian Curriculum Association (ABdC) to understand and problematize the topic at hand. To this end, from a methodological standpoint, a Systematic Literature Review was used, using as reference the databases of six ABdC partner journals: *Teias*, *Currículo sem fronteiras*, *e-Curriculum*, *Espaço do Currículo*, *Série-Estudos*, and *Cocar*. The search was conducted using the descriptors "new high school" and "curriculum," covering the time period from January 2017 to May 2025. Analysis of the selected studies shows that the New High School policy, as conceived and implemented in Brazil, contributed little to the comprehensive development of students; on the contrary, it allowed for a hollowing out of the curriculum for this educational segment and deepened the presence of neoliberal rationality in the education sector. The text concludes by highlighting the importance of research that focuses on the study of the high school curriculum and the different nuances that surround it, since, from this movement, it is possible to dare and point out other ways of organizing a living curriculum committed to human emancipation.

¹ Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestranda em Educação e Formação de Professores pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Formação de Professores (PPGEduF), Departamento de Educação – Campus XII- Guanambi, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Avaliação e Gestão – GEPEAG. ORCID id: <https://orcid.org/0009-0007-3943-4104> E-mail: roseli.magalhaes@enova.educacao.ba.gov.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação e Formação de Professores (PPGEduF), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Departamento de Educação, Campus XII, Guanambi, vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPq Forma(em)Ação – GEFEP. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-2407-5790> E-mail: garaujo@uneb.br

Keywords: New High School; Curriculum; Neoliberalism; Literature Review.

RESUMEN

Este artículo aborda la actual Reforma de la Enseñanza Media. El objetivo principal es analizar las contribuciones de estudios publicados recientemente en revistas asociadas a la Asociación Brasileña de Currículo (ABdC) para comprender y problematizar el tema en cuestión. Para ello, desde un punto de vista metodológico, se realizó una Revisión Sistemática de la Literatura, utilizando como referencia las bases de datos de seis revistas asociadas a la ABdC: *Teias*, *Currículo sem fronteiras*, *e-Curriculum*, *Espaço do Currículo*, *Série-Estudos* y *Cocar*. La búsqueda se realizó utilizando los descriptores "nueva escuela secundaria" y "currículo", abarcando el período de enero de 2017 a mayo de 2025. El análisis de los estudios seleccionados muestra que la política de la Nueva Escuela Secundaria, tal como se concibió e implementó en Brasil, contribuyó poco al desarrollo integral de los estudiantes; por el contrario, permitió un vaciamiento curricular para este segmento educativo y profundizó la presencia de la racionalidad neoliberal en el sector educativo. El texto concluye destacando la importancia de las investigaciones que se centran en el estudio del currículo de la secundaria y los diferentes matices que lo rodean, ya que, desde este movimiento, es posible atreverse y señalar otras formas de organizar un currículo vivo y comprometido con la emancipación humana.

Palabras clave: Nuevo Bachillerato; Currículo; Neoliberalismo; Revisión de Literatura.

INTRODUÇÃO

O currículo é um processo dialógico e problematizador que possibilita a formação e a criticidade do cidadão para a compreensão do mundo e de suas contradições. Assim, pode-se dizer que ele é uma condição fundamental para a constituição da identidade social e cultural dos estudantes, o que o faz ser alvo de constantes disputas pedagógicas, políticas e ideológicas. Na visão de Paraíso, Vilela e Sales (2012, p. 6), esse documento deve ser entendido como “[...] um artefato cultural central na luta por representação, como o coração da escola, como território estratégico na produção de significados sobre a vida, o mundo, os sujeitos”.

Como um território estratégico, o currículo tem ocupado lugar de relevo na formulação das políticas públicas educacionais do Brasil nos últimos anos. De acordo com Sacristán (2013, p. 20), “[...] desde suas origens, o currículo tem se mostrado uma invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem”. Nesse sentido, podemos citar como exemplo a Lei 13.415/2017, que alterou significativamente a estrutura curricular do Ensino Médio no Brasil. Entre as principais mudanças estabelecidas, a referida Lei reduziu a carga horária de alguns componentes da Base Comum do currículo e estabeleceu a criação dos chamados *Itinerários Formativos*, os quais deverão ser ofertados “[...] por meio de diferentes arranjos curriculares”, considerando “[...] a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (Brasil, 2017). No que diz respeito à carga horária do Novo Ensino Médio, a Lei 14.945/2024, que alterou a Lei 13.415/2017, indica que a formação geral básica deverá ter uma carga horária mínima total de 2400 horas e os *itinerários formativos*, articulados com a parte diversificada, deverão ser organizados com carga horária mínima de 600 horas (Brasil, 2024).

A lei de implementação do Novo Ensino Médio é fruto da Medida Provisória 746/2016, proposta pelo então presidente da República Michel Temer com o objetivo de promover a retomada do crescimento econômico do país por meio da ampliação da força de trabalho pautado no ensino notadamente técnico

(Brasil, 2016). Por isso, ao privilegiar uma formação ancorada na racionalidade neoliberal, a flexibilização do currículo foi alvo de muitas críticas por estudiosos da área e de muitas reivindicações pela revogação da referida lei. Tal movimento se justifica porque, segundo Popkewitz (2011, p. 174), “[...] aquilo que está inscrito no currículo não é apenas informação – a organização do conhecimento corporifica formas particulares de agir, sentir e ver o mundo e o eu”.

Em 2024, sob o comando de um governo progressista, os brasileiros, após um movimento pela revogação da Reforma do Ensino Médio, conseguiram que suas reivindicações fossem parcialmente atendidas e, no mês de julho do referido ano, foi sancionada a nova Lei 14.945/2024, a qual estabelece as mais recentes diretrizes para o Ensino Médio no Brasil. No entanto, grandes alterações que a lei anterior propunha não foram revogadas pela nova lei, especialmente a criação dos chamados *itinerários formativos* e a possibilidade de escolha destes pelos estudantes.

Considerando o contexto da escola pública brasileira, é possível dizer que vários fatores impedem que o estudante seja inserido no itinerário escolhido por ele no formato do novo currículo, como a infraestrutura inadequada, a falta de orientação educacional e o apoio para a opção do itinerário. Além disso, a idade precoce em que esses alunos são obrigados a fazer escolhas dificulta a compreensão desse componente. Parece que os formuladores do Novo Ensino Médio não levaram em conta a realidade de muitas escolas brasileiras no momento de desenhar o currículo do Novo Ensino Médio nessa perspectiva.

Além disso, existe a possibilidade de o itinerário formativo acentuar as desigualdades sociais e reduzir o ingresso desses jovens no Ensino Superior. Isso porque as escolas particulares poderão oferecer disciplinas que trabalhem os conteúdos escolares cobrados nos vestibulares, enquanto as escolas públicas terão como foco a oferta de propostas “mais pobres” e relacionadas à formação técnica para fornecer mão de obra barata ao mercado de trabalho (Hernandes, 2019).

Todas essas questões tendem a impactar negativamente a formação dos estudantes de escolas públicas, que poderão sofrer com a redução de conteúdos importantes, aumentando as suas desigualdades em relação aos alunos das escolas da rede particular de ensino. Somam-se a isso as ponderações de Silva, Chrispino e Melo (2025, p. 18), em um artigo de Revisão Sistemática de Literatura, no qual dizem que o Novo Ensino Médio se configura como “[...] um arremedo de formação pela negação do direito ao acesso ao conhecimento e às diversas formas de manifestação da cultura, a todos os jovens sem distinção de classe, raça, gênero, território”. Para os autores, a fragmentação do currículo em componentes da Base Nacional Comum e itinerários formativos, com foco na formação para o empreendedorismo, dentre outros aspectos, “[...] atestam caminhos que reduzem a qualidade, reforçam a intensificação do trabalho docente e a precarização da formação da juventude” (Silva; Chrispino; Melo, 2025, p. 18).

Nesse sentido, torna-se fundamental analisar os impactos das recentes mudanças do currículo do Ensino Médio na trajetória estudantil dos jovens dessa etapa da educação e na sociedade como um todo. Diante disso, este artigo parte da seguinte inquietação: que contribuições os estudos sobre o Novo Ensino Médio publicados nas revistas associadas à Associação Brasileira de Currículo (ABdC) têm oferecido no

sentido de compreender as questões postas pelas políticas curriculares em curso em nosso país? O objetivo principal aqui delineado é analisar as contribuições dos estudos publicados recentemente de tais revistas para entender e problematizar o tema em questão.

CONTEXTUALIZANDO O NOVO ENSINO MÉDIO

As discussões e os embates que culminaram com a aprovação do Novo Ensino Médio tiveram início com o Projeto de Lei 6.840/2013, que buscava, por meio de uma série de propostas, modificar a estrutura, a organização e o conteúdo do Ensino Médio (Silva; Krawczyk, 2016). Desse processo, surgiu o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio composto por representantes de entidades profissionais da educação, o qual realizou, no ano de 2014, audiências públicas para debater a pauta proposta no Projeto de Lei. Esse projeto foi aprovado em Comissão da Câmara de Deputados em dezembro do mesmo ano, mas não avançou em 2015, por conta da crise política que o país viveu nesse período.

Com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, Michel Temer assumiu a presidência do Brasil e, pressionado pelo setor empresarial, publicou a Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016, a qual estabeleceu grandes alterações na estrutura da última etapa da Educação Básica. Após tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, essa Medida Provisória foi convertida na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Com a nova lei em vigor, a sociedade se manifestou com fortes críticas às alterações propostas. Escolas públicas foram ocupadas em todo país pelos estudantes. Essas críticas se deram pela falta de diálogo com a comunidade escolar, que não foi convidada para debater as mudanças necessárias no Ensino Médio (Muniz; Ortiz Monteiro, 2023). Nesse contexto, os estabelecimentos de ensino tiveram que reorganizar seus currículos para atender às mudanças previstas pela referida norma jurídica. Entre as principais alterações previstas estavam a ampliação da carga horária total do Ensino Médio para o mínimo de 3000 horas, sendo 1000 horas anuais, e a flexibilização curricular (Ferretti, 2018).

Com a mudança de governo em 2023 e com as diversas manifestações pela revogação da lei, recentemente, nova norma jurídica foi instituída, a 14.945, em julho de 2024, revogando artigos da anterior. Inclusive, vale ressaltar que a parte da carga horária do Núcleo Comum, citada acima, foi reformulada, passando a compor 2400 horas e não mais as 1800 que a antiga lei estabelecia. Das 3000 horas, 600 horas ficaram destinadas aos itinerários formativos.

No que se refere ao Núcleo Comum do currículo, os componentes curriculares fazem parte das quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Já o itinerário formativo está relacionado com a formação técnica e profissional. Além disso, a lei também já prevê a ampliação progressiva da permanência do estudante na escola, de cinco para sete horas diárias, instituindo a “[...] Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (Ferreira; Ramos, 2018, p. 1176).

Os itinerários formativos que, como já citado anteriormente, compõem 600 horas de carga horária, formam a parte flexível do currículo, na qual os alunos precisam optar pela área do conhecimento que tiverem mais afinidade e interesse, já com um viés de escolha voltado para a vida profissional. No novo currículo, o aluno também tem a possibilidade de cursar a disciplina de Projeto de Vida, que o ajudará a estabelecer metas e fazer planos para seu futuro, dentro das dimensões pessoais, sociais e profissionais (Silva, 2023).

Devido a características próprias da fase da adolescência, sabe-se que os jovens que cursam o Ensino Médio ainda não possuem maturidade o suficiente para já saberem de suas escolhas profissionais. Nesse sentido, os itinerários formativos podem causar grandes impactos na vida dos estudantes a partir da implementação da lei, já que, após escolha feita no segundo ano, não é mais possível a mudança para um itinerário diferente, mesmo com justificativas plausíveis de alunos e pais (Maciel, 2019). Além disso, a própria Lei não garante que o estudante terá disponível o itinerário dentro de sua área de interesse, uma vez que a oferta está sujeita às condições materiais e humanas das redes de ensino e das escolas, o que restringe enormemente o leque de opções dos jovens (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023).

É importante ressaltar que a lei foi instituída de forma autoritária e impositiva, sob a justificativa de que o Ensino Médio apresentava altos índices de reprovação e abandono e que, por isso, era necessária uma nova organização curricular. Entretanto, em ambientes democráticos como a escola, toda decisão necessita de participação ativa de seus principais atores (Costa; Silva, 2019).

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Na inquietude de saber o que os estudos sobre o Novo Ensino Médio apontam, este trabalho adotou como recurso metodológico a Revisão Sistemática de Literatura, por meio de uma busca de trabalhos em periódicos científicos das bases de dados de seis revistas parceiras da ABdC – *Revista Teias*, *Currículo sem fronteiras*, *e-Curriculum*, *Revista Espaço do Currículo*, *Série-Estudos* e *Revista Cocar* –, amplamente reconhecidas na área de currículo³. A ABdC é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, criada em 2011, na cidade do Rio de Janeiro, que congrega profissionais pesquisadores e estudantes que realizam atividade de pesquisa e/ou docência e extensão no campo do Currículo.

Elencou-se, para a busca, os descritores “currículo” e “novo ensino médio” e o operador booleano AND, utilizando o recorte temporal de janeiro de 2017 a maio de 2025. O período cronológico selecionado justifica-se pelo ano de promulgação da reforma do Novo Ensino Médio, por meio da lei 13.415/2017, que, pelos problemas identificados durante sua implementação, já foi parcialmente revogada pelo mais recente diploma legal, a lei 14.945/2024.

Na busca feita nos seis periódicos que compõem a ABdC, foi encontrado um total de 63 produções; após a leitura dos títulos, das palavras-chave e do resumo, foram selecionados 12 artigos que apresentaram

³ Como o foco desta pesquisa é o currículo do Novo Ensino Médio, optou-se por fazer esta revisão em periódicos voltados para a publicação de estudos sobre esse tema. Entretanto, reconhece-se e utiliza-se, na fundamentação teórica, estudos publicados em outras revistas da área de Educação.

aderência ao objetivo deste estudo. Os critérios de inclusão foram o recorte temporal – 2017 a 2025 – e a presença das palavras-chave utilizadas no processo de busca nos títulos, nos resumos e no corpo das produções científicas encontradas. Foram excluídas todas as demais produções científicas que não contavam com as palavras-chave e não versavam sobre a temática aqui pesquisada.

Iniciou-se a busca pela revista *e-Curriculum* e obteve-se como resultado sete trabalhos. Destes, após leitura dos títulos e resumos, apenas um foi selecionado, sendo seis excluídos, considerando os critérios acima descritos. Na revista *Teias*, obtivemos seis publicações voltadas ao tema, das quais duas foram selecionadas. Utilizando os mesmos termos indutores, na revista *Cocar*, foram encontrados três estudos e apenas um deles tinha pertinência com a temática em questão. Já na revista *Série-Estudos*, o único trabalho encontrado foi descartado por não estar relacionado com nosso foco investigativo. Na revista *Currículo sem Fronteiras*, o resultado foi de 39 artigos e, após a leitura dos resumos, títulos e palavras-chave, cinco trabalhos foram elencados para análise. Finalmente, na revista *Espaço do Currículo*, entre os sete artigos encontrados, três possuíam relação com a temática deste artigo e foram selecionados.

A Tabela 1 apresenta a síntese do quantitativo de artigos encontrados com os descritores “currículo” e “novo ensino médio”, dos trabalhos excluídos e dos selecionados para análise.

Tabela 1 - Quantitativo de produções científicas

Periódicos	Trabalhos localizados utilizando os descritores “currículo” e “novo ensino médio”	Trabalhos excluídos	Trabalhos selecionados para análise
<i>Cocar</i>	3	2	1
<i>Currículo sem fronteiras</i>	39	34	5
<i>e-Curriculum</i>	7	6	1
<i>Teias</i>	6	4	2
<i>Série-Estudos</i>	1	1	0
<i>Espaço do Currículo</i>	7	4	3
TOTAL	63	51	12

Fonte: Os autores.

Diante do quantitativo de trabalhos encontrados, considerando o total de seis revistas com produções voltadas para o campo do currículo, os estudos e pesquisas sobre a mudança na estrutura curricular do Ensino Médio ainda são escassos, notadamente em relação à mais nova legislação, a Lei 14.945/2024, sobre a qual nenhum estudo foi encontrado. Selecionados os 12 artigos, a etapa seguinte foi a leitura completa de cada trabalho para identificar objetivo, aporte teórico, metodologia e resultados apresentados. Na seção a seguir, apresentam-se os resultados e discussão desse empreendimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já dito, o *corpus* de análise deste estudo é composto por 12 artigos selecionados nos periódicos que compõem a ABdC. No Quadro 1, expõem-se os trabalhos analisados.

Quadro 1 - Trabalhos analisados

Autor (es)	Título	Ano	Revista
Rodrigo Gonçalves Duarte e Dirceu Santos Silva	A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais	2023	<i>Cocar</i>
Luiz Martins Junior e Kelly Cristina Onofri	O Currículo Base do Território Catarinense: implantação, desafios e limitações do Novo Ensino Médio	2024	<i>e-Curriculum</i>
Marta Barbosa Satiro de Araújo e Heloize da Cunha Charret	Da reforma Francisco Campos ao Movimento Revoga já: Trajetória do Ensino Médio na legislação brasileira	2024	<i>Espaço do Currículo</i>
Wanessa Cardoso Gomes e Roberto Francisco de Carvalho	Reforma Curricular Brasileira pós-2016 e as repercussões da lei 13.415/2017 para o Ensino Médio do Tocantins	2024	<i>Espaço do Currículo</i>
Joice Pereira Soares, Letícia Ramalho Brittes e Laila Azize Ahmad	Reformas educacionais contemporâneas frente às Teorias do Currículo: dois conceitos, um interesse	2025	<i>Espaço do Currículo</i>
Glhebia Gonçalves de Oliveira Dourado e Shirlei Rezende Sales	Política Curricular do Novo Ensino Médio: tecnologias da governamentalidade neoliberal	2022	<i>Teias</i>
Luciano Luz Gonzaga	A Lei 13.415/2017 e o Novo Ensino Médio: inquietações pertinentes	2021	<i>Teias</i>
Simone Gonçalves da Silva, Simone Barreto Anadon e Kamila Lockmann	ENEM e NEM: a construção do sujeito neoliberal	2023	<i>Currículo sem Fronteiras</i>
Vinicius de Oliveira Bezerra e Silvia Helena de Andrade de Brito	Ensino Médio em Disputa: correlação de forças na conjuntura do projeto de Lei Nº 6.840/2013 e da Medida Provisória Nº 746/2016	2022	<i>Currículo sem Fronteiras</i>
Everton Koloche Mendes Barbosa e Natalia Neves Macedo Deimling	Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: impasse para a democratização da escola pública	2022	<i>Currículo sem Fronteiras</i>
Altair Alberto Fávero, Carina Tonieto, Caroline Simon Bellenzier, Chaiane Bukowski e Junior Bufon Centenaro	A desarmonia ou descompasso entre o currículo vivido e o futuro esperado para os jovens no Novo Ensino Médio	2024	<i>Currículo sem Fronteiras</i>
Jossenilda Rodrigues de Lima e Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante	A reforma do Ensino Médio no movimento das políticas públicas educacionais no Brasil: currículo, trabalho e poder	2022	<i>Currículo sem Fronteiras</i>

Fonte: Os autores.

Após a leitura e análise dos 12 trabalhos selecionados, ficou evidente o retrocesso educacional que se enfrenta desde a implementação da Lei 13.415/2017. Nesse sentido, duas grandes categorias emergiram da análise dos estudos realizados, a saber: o Novo Ensino Médio como política de esvaziamento do currículo e a Influência do Neoliberalismo na educação. Na sequência, discute-se cada uma delas.

Novo Ensino Médio como política de esvaziamento do currículo

Nesta categoria, encontram-se os artigos de Fávero *et al.* (2024), Lima e Cavalcante (2022), Barbosa e Deimling (2022), Martins Júnior e Onofri (2024), Araújo e Charret (2024), Soares, Brittes e Ahmad (2025) e Gonzaga (2021). Os autores citados fazem importantes contribuições para entender a política curricular em pauta, principalmente, porque apontam o currículo do Novo Ensino Médio como frágil, esvaziado de conteúdo e, por consequência, fator de agravamento da precarização da educação.

Fávero *et al.* (2024), no estudo de caso que desenvolveram em uma Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul, com 1020 estudantes, apontam que, na visão destes, ingressar no Ensino Superior ainda é um sonho distante para muitos, bem como que a Reforma do Ensino Médio tem dificultado essa possibilidade de acesso à graduação (Fávero *et al.* 2024). Os autores concluem, a partir das falas dos alunos, que a redução da carga horária das disciplinas do Núcleo Comum, pautada na Lei 13.415/2017, permitiu que conhecimentos importantes fossem deixados de lado, o que compromete o ingresso do estudante no Ensino Superior. Para os pesquisadores, tal aspecto compromete a formação integral dos educandos e a preparação destes para a realização das avaliações externas, as quais continuam com o mesmo formato e características, sem ter sofrido nenhum tipo de ajuste para se adequar ao novo currículo da última etapa da Educação Básica.

Além disso, com a redução da carga horária do Núcleo Comum, houve um aumento significativo da carga horária de outros componentes curriculares, denominados itinerários formativos, que, na visão de Araújo e Charret (2024), soa como uma flexibilização curricular, mas que, na verdade, no contexto da prática, acaba por incluir, na matriz curricular, itinerários que não contribuem em nada para o objetivo de ofertar uma formação integral ao estudante.

Os itinerários compõem a parte flexível do currículo, com disciplinas de cada área do conhecimento, que os estudantes deverão escolher, de acordo com sua área de interesse. Ocorre que, no chão da escola, não é assim que funciona. As próprias Secretarias de Educação não garantem turmas pequenas se tiverem poucos adeptos a determinada área do conhecimento. Soares, Brittes e Ahmad (2025) acrescentam que a imaturidade, comum nessa etapa da vida, pode representar um risco muito grande, pois o jovem pode não ter desenvolvido a necessária sensatez para uma escolha tão significativa. Nesse sentido, pode ser que, no ano seguinte, o aluno descubra que não tem tanta afinidade com a área escolhida precocemente.

Convém ressaltar que, na Lei 13.415/17, havia uma previsão de obrigatoriedade apenas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, o que acabava atribuindo maior valor a estas, em

detrimento das demais. Barbosa e Deimling (2022), ao tecerem uma análise crítica sobre a referida lei, neste aspecto, consideraram que, ao estabelecer as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática como obrigatórias, um esvaziamento curricular é posto em evidência, tornando o currículo do Novo Ensino Médio fragilizado.

Esse empobrecimento do currículo repercutiu na realização das provas do Enem pelos alunos, comprometendo seu ingresso no Ensino Superior. É importante ressaltar que esse comprometimento foi apenas para os alunos da escola pública, já que a rede privada oferece aulas adicionais, ou seja, horários extras aos que podem pagar pelo acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Já aos que são oriundos da classe trabalhadora e estudam nas escolas públicas fica o acesso apenas ao necessário para a inserção no mercado de trabalho (Lima; Cavalcante, 2022).

Além disso, convém destacar o que Fávero *et al.* (2024) evidenciam em seus estudos a partir da percepção dos jovens participantes de suas pesquisas: o currículo proposto pela Lei 13.415/17 não contribui para o mercado de trabalho e, ainda, exclui o Ensino Superior do panorama de opções. Gonzaga (2021) também considera precipitado o estímulo do estudante para ingressar no mercado de trabalho, antes mesmo que conclua sua formação, ideia com a qual se concorda, já que a competitividade tão defendida no cenário da Reforma do Ensino Médio pode levar o adolescente a abandonar precocemente a escola. O autor ainda ressalta a dualidade entre o ensino propedêutico e o profissionalizante na Reforma.

Outro impacto negativo do Novo Ensino Médio, de acordo com os estudos consultados, é que a reforma foi pensada/elaborada por políticos neoliberais e empresários, e não por professores, peças essenciais na execução do conhecimento. Como asseveram Martins Junior e Onofri (2024, p. 19),

[...] ao ignorarem o papel fundamental dos docentes na contextualização e aprovação de documentos educacionais, as políticas educacionais, curriculares e estruturais correm o risco de permanecer submetidas aos interesses neoliberais e às influências de governantes que carecem de *expertise* no campo da educação.

Vê-se, assim, que os estudos analisam criticamente a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei 13.415/17. Ademais, evidenciam a fragilidade da norma jurídica que esvazia o currículo e precariza ainda mais a educação, pois priva os jovens dos conhecimentos necessários para o ingresso ao Ensino Superior e tão pouco contribui para o ingresso no mercado de trabalho.

Influência do Neoliberalismo na Educação

Na categoria *Influência do Neoliberalismo na Educação*, encontram-se os trabalhos de Silva, Anadon e Lockmann (2023), Bezerra e Brito (2022), Duarte e Silva (2023), Gomes e Carvalho (2024), Dourado e Sales (2022). De modo geral, os estudos enfatizam que a racionalidade neoliberal, por meio de políticas públicas, normas e leis, objetiva moldar o currículo, a escola, o ser professor e a formação do estudante. Duarte e Silva (2023), por exemplo, apontam que a política educacional do Novo Ensino Médio (NEM) foi um retrocesso, pois busca atender aos interesses do neoliberalismo, ou seja, atender aos padrões

internacionais de ensino e estabelecer uma educação de cunho tecnicista e produtivista, com ênfase na formação do sujeito para contemplar as demandas do mercado.

Os autores realizaram uma pesquisa bibliográfica, selecionando oito trabalhos para análise, dos quais emergiram duas categorias principais, o NEM/Currículo e o NEM como política neoliberal. Em suma, os resultados mostram que a mudança no currículo do Ensino Médio desconsiderou a formação humanística, cidadã e integralizadora do estudante e teve como intenção apenas prepará-lo para o mercado de trabalho, atendendo, assim, aos padrões internacionais.

Dourado e Sales (2022), no trabalho intitulado “Política Curricular no Novo Ensino Médio: tecnologias da governamentalidade neoliberal”, argumentam que o foco no currículo tem por objetivo conduzir a conduta docente. Segundo os autores, as práticas docentes nessa nova vertente constituem o foco da governamentalidade neoliberal que, para funcionar, utiliza-se de mecanismos de regulação e controle, tais como as políticas públicas educacionais. O currículo é um dos mecanismos centrais da educação, pois, por meio dele, estrutura-se e organiza-se a aprendizagem, definindo o que o aluno deve aprender. Esse fato explica o interesse da política neoliberal em torno deste, com o objetivo de regular e controlar aquilo que se quer que o professor ensine e o aluno aprenda.

Bezerra e Brito (2022) assinalam que, desde a votação da Medida Provisória 746/2016, norma jurídica convertida na Lei 13.415/2017, já se percebia uma disputa entre projetos antagônicos de educação e sociedade. No processo, prevaleceu o modelo defendido, sobretudo, pelos intelectuais orgânicos do empresariado. Em consonância com os autores citados, Dourado e Sales (2022, p. 248) afirmam:

Esses grupos, guiados pela racionalidade neoliberal, vêm comandando as propostas de políticas públicas educacionais atuais, elaborando e aprovando, com caráter urgente e emergencial, o conjunto de textos oficiais, impondo uma reforma travestida de *Novo Ensino Médio*.

Percebe-se a presença da ideologia neoliberal, conforme exposição dos autores citados, principalmente no campo educacional, uma vez que é a forma mais eficaz de fazer com que seus interesses continuem a prevalecer, utilizando, para isso, a governamentalidade de condutas de docentes e estudantes por intermédio do currículo. A Medida Provisória 746/2016 foi imposta pelo então presidente neoliberal Michel Temer, logo após o *impeachment* da presidenta Dilma Rouseff, o que escancara os interesses destes sobre a educação.

Silva, Anadon e Lockmann (2023), no trabalho intitulado “ENEM e NEM: a construção do sujeito neoliberal”, apresentam as análises que fizeram de material midiático das campanhas publicitárias veiculadas pela TV aberta e disponibilizadas pelo Ministério da Educação no *YouTube* e *Facebook*, no período de 2009 até 2023. O objetivo foi analisar as formas pelas quais os discursos midiáticos oficiais que apresentam o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o NEM disputam as subjetividades de estudantes de tal etapa educativa para construir o sujeito neoliberal. Os autores observam que há toda uma preocupação com as mídias veiculadas, com uma busca constante de se conectar com o público estudantil, divulgando sempre as imagens do sujeito aprendente, em todo o tempo e em vários espaços.

A aprendizagem, então, é um empreendimento. O investimento individual que precisa ser realizado não é em conhecer, mas em aprender para buscar os diversos processos de formação, como, por exemplo, obter um diploma, ou mesmo o permanente aperfeiçoamento profissional (Silva; Anadon; Lockmann, 2023, p. 11).

Há uma tentativa clara nas peças publicitárias analisadas pelos autores de influenciar as formas de pensar dos jovens do Ensino Médio, sobretudo, quando é veiculado o poder de escolhas desses estudantes dentro da reforma, transformando-os em sujeitos capazes de gerir o próprio percurso estudantil e, conseqüentemente, seu próprio futuro. Os pesquisadores ressaltam que os referidos artefatos publicitários disputam a produção da subjetividade de estudantes a partir da configuração de um *neosujeito*, ou seja, o sujeito constituído em uma “[...] racionalidade governamental neoliberal” (Silva; Anadon; Lockmann, 2023, p. 11).

Partindo da perspectiva de que sempre há intencionalidades por trás de ações desenvolvidas na Reforma do Ensino Médio, há que se considerar as reais intenções de instituições privadas em torno da educação, como evidenciam Gomes e Carvalho (2024) a respeito da influência dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, na educação. Para os autores, ao firmarem acordo de cooperação e concederem empréstimos aos países, essas instituições combinam, também, o desenvolvimento de propostas baseadas em seus pressupostos.

Nessa direção, vale destacar que as diretrizes neoliberais, ao influenciarem as políticas curriculares, atendem às demandas do mercado, o qual acredita e defende que a qualidade da educação está associada ao aumento da produtividade no trabalho. Nesse sentido, observa-se que, mesmo disseminando o ideal de uma formação integral do estudante, o currículo do Novo Ensino Médio se apoia em uma perspectiva de “formação pragmática e reducionista voltada para adaptação dos jovens das classes trabalhadoras às demandas do mercado” (Gomes; Carvalho, 2024, p. 11).

Silva, Anadon e Lockmann (2023), por sua vez, concebem o currículo como uma tecnologia de governo que reúne um conjunto de práticas para tornar possível a constituição de processos de subjetivação necessários para o projeto neoliberal em uma sociedade da aprendizagem. Assim, o neoliberalismo age, por meio dos currículos escolares, conduzindo os sujeitos em direção ao perfil de empreendedor.

Diante disso, emerge a questão: este novo sujeito, ou sujeito neoliberal, que a racionalidade neoliberal busca construir mediante o controle de suas condutas, realmente condiz com os desejos dos estudantes do Ensino Médio? Os autores problematizam os resultados de suas pesquisas e alertam para o fato de que o estudante que não corresponder a esse perfil de empresário de sua vida, pode trazer para si um adoecimento, um comprometimento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu mapear pesquisas recentes sobre o Novo Ensino Médio, identificando suas contribuições para o campo. Os resultados dessa busca evidenciaram que a política curricular denominada

de Novo Ensino Médio em nada contribuiu para a melhoria da qualidade da última etapa da Educação Básica, ao contrário, reduziu a possibilidade de acesso ao Ensino Superior pelos alunos das classes mais baixas, maioria significativa de alunos das escolas públicas.

Uma nação com tanta desigualdade social, como a brasileira, precisa se atentar para os propósitos daqueles que detém o poder, que querem continuar usando os menos favorecidos como massa de manobra para a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, a implementação da referida reforma revelou os interesses ocultos por trás das políticas públicas educacionais, objetivando a manutenção da classe dominante no poder e aumentando as desigualdades sociais. O esvaziamento do currículo acentua tais desigualdades, na medida em que os jovens oriundos de instituições privadas ou aqueles que conseguem custear cursos particulares têm maiores condições de acesso às instituições de Ensino Superior, enquanto os de classe baixa, que vêm de escolas públicas, sem o conhecimento necessário para concorrerem com aqueles, são obrigados a enfrentar o mercado de trabalho, mesmo em condições tão precárias.

Os itinerários formativos, ainda em vigor pela Lei mais recente, a 14.945/2024, que deixaram tantas lacunas do processo de aquisição de conhecimentos dos estudantes, nesta trajetória que teve início com a Medida Provisória 716/2016, devem ser criteriosamente analisados para que contemplem, de fato, conteúdos essenciais à formação integral dos jovens desta etapa da Educação Básica. Vale dizer, por fim, que é indispensável que educadores, pesquisadores e instituições educacionais intensifiquem seus estudos em torno de reformas instituídas pela classe dominante, buscando evidenciar para a sociedade os reais interesses desta, e a forma como ela busca se manter no poder, definindo o que deve e como deve ser ensinado nas escolas.

Acredita-se que o currículo deve promover uma formação integral e crítica, que busque a transformação social do sujeito e da comunidade em que está inserido. Por isso, nada mais necessário e oportuno, nestes tempos, do que as pesquisas que se debruçam sobre o estudo do currículo, a fim de compreender e problematizar as diferentes nuances que o envolvem. É nesse movimento que se poderá ousar e apontar possibilidades outras de organização de um currículo escolar vivo e comprometido com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marta Barbosa Satiro de; CHARRET, Heloize da Cunha. Da reforma Francisco Campos ao movimento revoga já: trajetória do ensino médio na legislação brasileira. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v17i2.67648>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/67648/39793>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BARBOSA, Everton Koloche Mendes; DEIMLING, Natalia Neves Macedo. Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular: impasses para a democratização da escola pública. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v22.2137>. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22/articles/2137-barbosa-deimling.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BEZERRA, Vinícius de Oliveira; BRITO, Silvia Helena de Andrade de. Ensino médio em disputa: correlação de forças na conjuntura do projeto de Lei nº 6.840/2013 e da Medida Provisória nº 746/2016. **Currículo sem**

Fronteiras, [S. l.], v. 22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v22.1803>. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/bezerra-brito.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Casa Civil, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Ensino Médio, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e altera as Leis nºs 14.818/2024, 12.711/2012, 11.096/2005 e 14.640/2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 5, 1 ago. 2024. Seção 1.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Institui a política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral. Brasília, DF: Casa Civil, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 3 ago. 2025.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240047>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWmp3zGw4ygSGNvbmN4p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2025.

DOURADO, Glhebia Gonçalves de Oliveira; SALES, Shirlei Rezende. Política Curricular do Novo Ensino Médio: tecnologias da governamentalidade neoliberal. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, out./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.70217>. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/70217/43967>. Acesso em: 25 jul. 2025.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves; SILVA, Dirceu Santos. A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais. **Revista Cocar**, Belém, v. 19, n. 37, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7512>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; BELLENZIER, Caroline Simon; BUKOWSKI, Chaiane; CENTENARO, Junior Bufon. A desarmonia ou o descompasso entre o currículo vivido e o futuro esperado para os jovens do Novo Ensino Médio. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v24.1137>. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/vol24articles/favero-et-al.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FERREIRA, Rosilda Arruda; RAMOS, Luiza Olívia Lacerda. O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo ensino médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 101, p. 1176–1196, out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002601295>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/tPGH7pYhJz8FGn9ZCNzKsCq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 93, p. 25–42, maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGGj78s8Pmp5x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GOMES, Wanessa Cardoso; CARVALHO, Roberto Francisco de. Reforma curricular brasileira pós-2016 e as repercussões da lei 13.415/2017 para o Ensino Médio do Tocantins. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v17i3.71629>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/71629>. Acesso em: 19 jul. 2025.

GONZAGA, Luciano Luz. A Lei 13.415/2017 e o Novo Ensino Médio: inquietações pertinentes. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. esp., out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2021.62047>. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/62047>. Acesso em: 25 jul. 2025.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. **Educação**, Santa Maria, v. 44, n. 58, p. 1–19, jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644434731>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34731>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LIMA, Josenilda Rodrigues de; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. A reforma do ensino médio no movimento das políticas públicas educacionais no Brasil: currículo, trabalho e poder. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v22.2151>. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2151-lima-cavalcanti.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Uma avaliação da Lei nº 13.415/17 a partir da Legística e das metas do PNE. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684925>. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/edreal/a/Z7y68JYr5ZBBHWF8Gh8sWYK/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2025.

MARTINS JUNIOR, Luiz; ONOFRI, Kelly Cristina. O currículo base do território catarinense: implantação, desafios e limitações do Novo Ensino Médio. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, p. 1-26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e60614>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762024000100213&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 jul. 2025.

MUNIZ, Ana Paula Souza; ORTIZ MONTEIRO, Patrícia. Mudanças Curriculares no Ensino Médio. **Interação: Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 11-23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33836/interacao.v25i2.812>. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/812>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PARAÍSO, Marlucy A.; VILELA, Rita A.; SALES, Shirlei R. (org.). **Desafios contemporâneos sobre currículo e escola básica**. Curitiba: CRV, 2012. p. 5-9.

POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). 8. ed. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 173-210.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 18-32.

SILVA, Carlos Henrique Ferreira da; SILVA, Anna Karolina Santoro Borges; SOUZA, Lidiane dos Santos; SOUSA, Marcela Pereira de; FRANCISCO, Caroline de Fátima; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato. Componente Curricular Projeto de Vida: Perspectivas de Professoras da Rede Estadual de São Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 43, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262428>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Tsz38ZS4zVbhGFzpv3Rijhc/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, Monica Ribeiro; KRAWCZYK, Nora Rut. Quem é e o que propõe o Projeto de Lei da reforma do Ensino Médio: entrevistando o Projeto de Lei 6.840/2013. In: AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio (org.). **Ensino Médio: políticas e práticas**. 1. ed. Porto Alegre: Universidade Metodista IPA, 2016. v. 1. p. 47-64.

SILVA, Monica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202349271803por>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/JFWYthKGr3Pzwn7QsqhfMqs>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, Monica Ribeiro da; CHRISPINO, Alvaro; MELO, Thiago Brañas de. Revisão sistemática da literatura sobre o Novo Ensino Médio (2017–2023). **Ensaio: Avaliações e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 126, p. 1-28, jan./mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362025003305069>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/bTZ4QLXWksTvv96L48KBHhD/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, Simone Gonçalves da; ANADON, Simone Barreto; LOCKMANN, Kamila. ENEM E NEM: a construção do sujeito neoliberal. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 23, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v23.1143>. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5403/bfd41a87c5b46c9152b3c49f9f1bd2bc6cd3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SOARES, Joice Pereira; BRITTES, Letícia Ramalho; AHMAD, Laila Azize Souto. Reformas educacionais frente às teorias de currículo: dois conceitos, um interesse. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 18, n. 2, 2025. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v18i2.68041>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/68041>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Submetido: 05/08/2025

Correções: 04/09/2025

Aceite Final: 30/09/2025